

RELATÓRIO 2025 DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR FECHADA

Julho 2026

SUMÁRIO

PREFÁCIO 4

SUMÁRIO EXECUTIVO 5

1. INTRODUÇÃO 6

2. PANORAMA DO SETOR 8

2.1 Grandes números 8

2.2 Evolução dos Ativos Financeiros 14

3. RENTABILIDADES 19

4. SOLVÊNCIA 24

4.1 Resultado Atuarial 24

4.2 Índice de Solvência 26

5. LIQUIDEZ 28

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS 31

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS 33

EXPEDIENTE

Relatório da Previdência Complementar Fechada - RPC

Publicação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, conforme Portaria nº 1.107, de 23 de dezembro de 2019.

Diretor-Superintendente

Ricardo Pena Pinheiro

Diretor de Administração

Leonardo Zumpichiatti de Campani Rodrigues

Diretor de Fiscalização e Monitoramento

João Paulo de Souza

Diretor de Licenciamento

Guilherme Capriata Vaccaro Campelo Bezerra

Diretor de Normas

Alcinei Cardoso Rodrigues

Procurador-Chefe da Procuradoria Federal

Leandro Santos da Guarda

Chefe de Gabinete

Almir dos Santos Nolêto Filho

Chefe da Assessoria de Comunicação Social e Parlamentar

Francisco José Freire Ribeiro

EQUIPE TÉCNICA

Coordenador-Geral de Inteligência e Gestão de Riscos

Levi Melo Viana

Coordenador de Pesquisa e Análise

Leonardo Almeida de Magalhães

Diagramação

Louise Guimarães Macáu Lopes

É permitida a reprodução dos textos e gráficos, desde que mencionada a fonte:

Relatório 2025 da Previdência Complementar Fechada - Julho/2026.

Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC

Ed. Venâncio 3000 – Asa Norte

SCN Quadra 06 – Conjunto A, Bloco A, 12º andar CEP: 70.716-900

Telefone: (61) 2021-2000

www.previc.gov.br

PREFÁCIO

Este Relatório da Previdência Complementar Fechada, elaborado pela Previc com base em dados de 2025, tem como objetivo oferecer uma visão abrangente da evolução do Regime de Previdência Complementar Fechada e de seus principais indicadores.

Ao longo do documento, são apresentadas análises sobre rentabilidades, resultados atuariais e métricas de risco relacionadas à liquidez e à solvência dos planos de benefícios geridos pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC).

O relatório inclui ainda um panorama detalhado do desempenho individual dos planos, com informações sobre ativos totais, equilíbrio atuarial e índices de solvência apurados ao longo de 2025.

SUMÁRIO EXECUTIVO

O Regime de Previdência Complementar Fechada (RPCF) finalizou o ano de 2025 contando com um ativo total de R\$ 1,408 trilhão, o que representa uma elevação nominal da ordem de R\$ 104 bilhões frente ao ano anterior, caracterizando um avanço de 7,97% de 2024 a 2025.

O ano de 2025 foi marcado pela recuperação das rentabilidades após o resultado abaixo do benchmark verificado em 2024. A rentabilidade média consolidada do RPCF alcançou 13,33% no ano, superando o benchmark de referência IPCA + 4,5% ao ano (8,96% no período). Em perspectiva comparada com outros mercados, o RPCF apresentou desempenho abaixo do Ibovespa, que encerrou 2025 com valorização de 33,95%, mas fez frente ao IMA-B 5+, índice de referência amplamente utilizado por fundos de previdência em razão de sua composição por NTN-Bs de longo prazo, que acumulou retorno de aproximadamente 14,20% no ano. Em 2025, o volume total de contribuições arrecadadas pelo sistema alcançou R\$ 65 bilhões, enquanto o pagamento de benefícios previdenciários atingiu aproximadamente R\$ 104 bilhões.

Em termos de resultado atuarial, o cenário também apresentou melhora substancial. O déficit líquido de R\$ 8,9 bilhões registrado ao final de 2024 reverteu-se para um superávit líquido consolidado de R\$ 17,69 bilhões em 2025, fruto de um superávit acumulado de R\$ 39,03 bilhões em 422 planos superavitários, frente a um déficit consolidado de R\$ 21,33 bilhões em 155 planos deficitários.

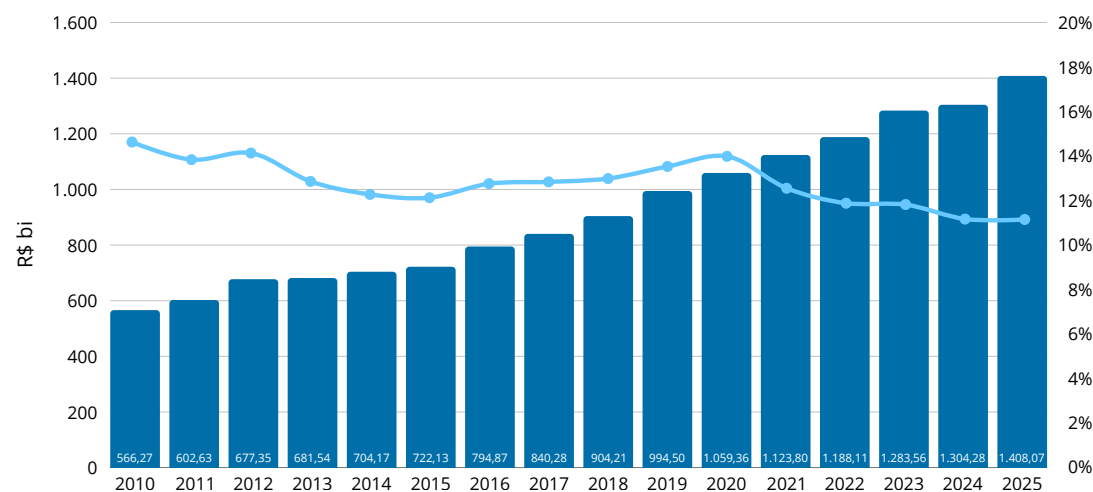
Por sua vez, o alcance protetivo do RPCF permanece amplo, cobrindo mais de 8,6 milhões de pessoas entre participantes ativos, aposentados, pensionistas e designados.

PANORAMA DO SISTEMA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR FECHADA

1 INTRODUÇÃO

A previdência complementar fechada cumpre papel essencial na construção de uma renda adequada para a fase pós-laboral, funcionando como pilar complementar ao regime geral de previdência social.

No Brasil, o RPCF consolidou-se ao longo das últimas décadas como um dos principais instrumentos de poupança de longo prazo do país, mantendo participação consistente em torno de 11% do PIB nacional e contribuindo ativamente para o financiamento de projetos de infraestrutura e desenvolvimento econômico. Nota-se, contudo, que o volume total de ativos em relação ao PIB possui trajetória levemente decrescente a partir de 2020, quando atingiu 13,92%.

Gráfico 1 Ativo Total e Percentual frente ao PIB (2010–2025)

Fonte: CGIR/PREVIC/maio de 2026

A gestão de um regime de capitalização financeira dessa magnitude exige disciplina financeira, planejamento de longo prazo e governança robusta. A capacidade de honrar obrigações previdenciárias que se estendem por décadas depende diretamente da qualidade das decisões de investimento, da adequação das premissas atuariais e da solidez dos processos internos de controle e monitoramento de riscos das entidades gestoras.

Nesse contexto, o presente relatório oferece uma visão integrada do desempenho do RPCF em 2025, abordando rentabilidades, liquidez, solvência e resultados atuariais. O objetivo é não apenas documentar os resultados alcançados, mas também identificar tendências e pontos de atenção que orientem as ações de supervisão da PREVIC e subsidiem as decisões estratégicas dos gestores e patrocinadores dos planos de benefícios.

12 PANORAMA DO SETOR 2024 E 1º QUADRIMESTRE 2025

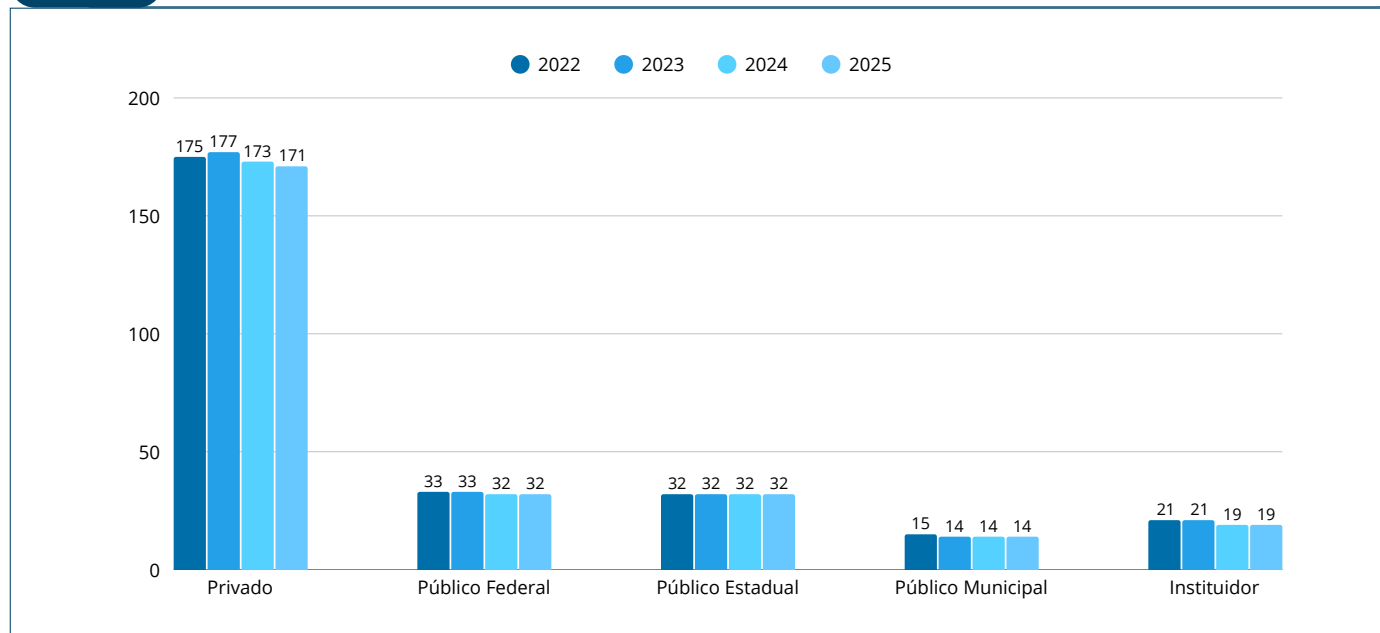
2.1 Grandes números

Em dezembro de 2025, o RPCF registrou um volume total de ativos de R\$ 1,408 trilhão, ante R\$ 1,304 trilhão ao final de 2024. Isso representa um crescimento nominal de R\$ 103,8 bilhões (7,97%) no ano.

Tabela 1 Ativo Total e Quantidades EFPC por Patrocínio Predominante entre 2021 e 2025

	2022		2023		2024		2025	
Patrocínio	Quantidade EFPC	Ativo Total (R\$ bilhões)	Quantidade EFPC	Ativo Total (R\$ bilhões)	Quantidade EFPC	Ativo Total (R\$ bilhões)	Quantidade EFPC	Ativo Total (R\$ bilhões)
Privado	175	463,6	177	493,3	173	508,9	171	539,2
Público Federal	33	635,2	33	693,3	32	694,6	32	757,9
Público Estadual	32	72,4	32	78,5	32	80,4	32	87,4
Público Municipal	15	4,8	14	5,0	14	5,5	14	6,5
Instituidor	21	11,9	21	13,4	19	14,8	19	16,9
Total	278	1.188,1	278	1.283,6	270	1.304,3	268	1.408,1

Fonte: CGIR/PREVIC/maio de 2026

Gráfico 2 Ativo Total e Quantidades de EFPC por Patrocínio Predominante (2022–2025)

Fonte: CGIR/PREVIC/maio de 2026

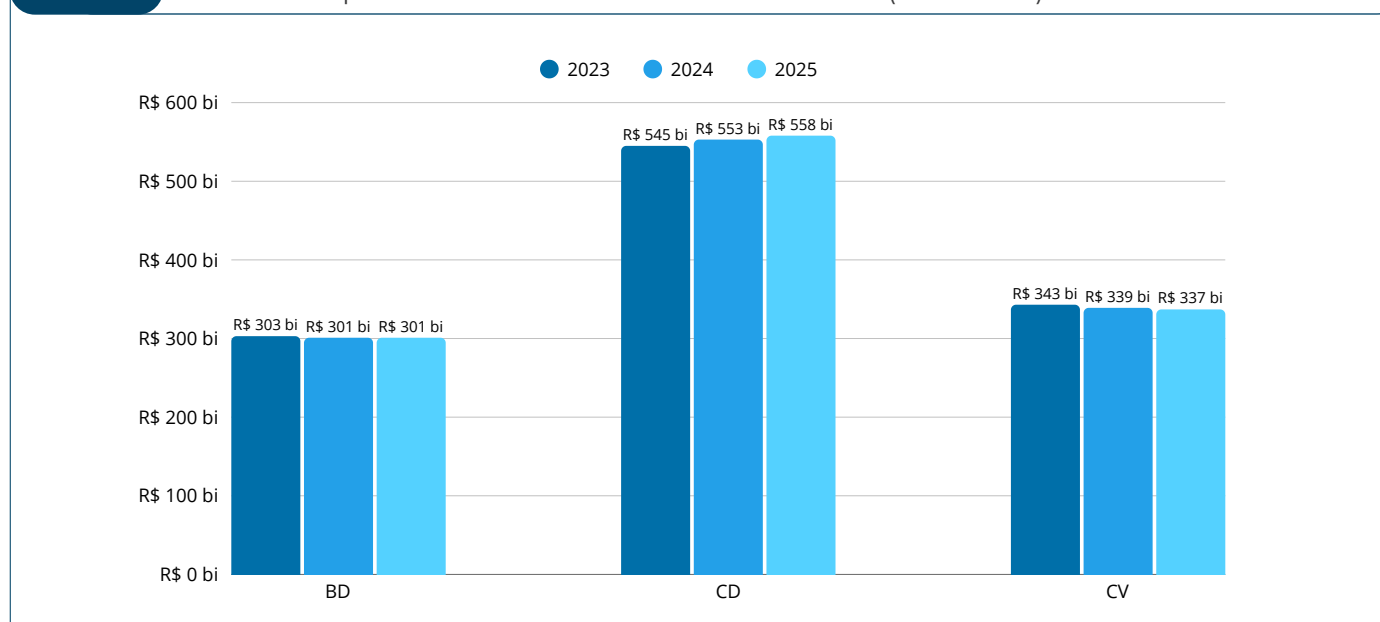
Da análise dos dados, é possível observar a consolidação do setor ao longo dos anos, com redução do quantitativo total de EFPCs, de 278 ao final de 2022 para 268 ao final de 2025. Tal movimento decorre do robustecimento do setor como reflexo de ajustes decorrentes de reorganizações societárias das empresas patrocinadoras, incorporações, fusões e transferências de gerenciamento, buscando ganhos de escala e maior eficiência operacional.

Tabela 2 Ativo Total por Modalidade de Planos de Benefícios (2023–2025)

Modalidade do Plano	2023				2024				2025			
	Qt. Planos	% Qt, Pl.	Ativo Total (R\$ bilhões)	% At.	Qt. Planos	% Qt, Pl.	Ativo Total (R\$ bilhões)	% At.	Qt. Planos	% Qt, Pl.	Ativo Total (R\$ bilhões)	% At.
Benefício Definido - BD	303	740,5	57,7%	301	728,9	55,9%	301	758,5	53,9%	26	736	56%
Contribuição Definida - CD	545	185,2	14,4%	553	200,3	15,3%	558	228,6	16,3%	45	198	15%
Contribuição Variável - CV	343	355,0	27,7%	339	371,7	28,5%	337	417,5	29,7%	29	382	29%
Total	1.191	1.283,6	100%	1.193	1.304,3	100%	1.196	1.408,1	100%	100	1.316	100%

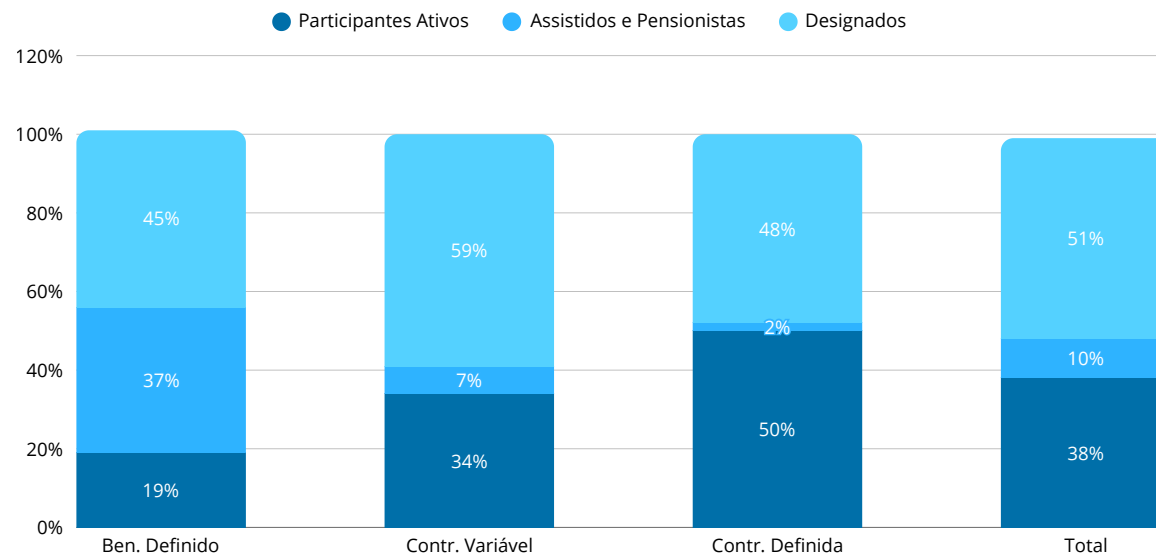
Fonte: CGIR/PREVIC/maio de 2026

A evolução qualitativa dos dados reflete tendências estruturais consolidadas no setor. Os planos BD mantêm posição de destaque em termos de ativo total, respondendo por 53,9% dos recursos, embora com trajetória de redução percentual contínua. Os planos CV avançaram para 29,7% do total de ativos, ultrapassando a marca de R\$ 417 bilhões. Os planos CD continuam a expansão quantitativa, já representando 46,7% do total de planos e 16,3% dos ativos.

Gráfico 3 Ativo Total por Modalidade de Planos de Benefícios (2023–2025)

Fonte: CGIR/PREVIC/maio de 2026

A análise conjunta dos Gráficos 3 e 4 revela uma assimetria estrutural entre as modalidades: embora o Benefício Definido (BD) concentre o maior volume de ativos (R\$ 758,5 bilhões em 2025, correspondentes a 53,9% do total), sua base populacional é marcadamente distinta das demais, com predominância de assistidos e pensionistas (37%) e elevada participação de designados (44%), reflexo de uma carteira madura e em fase de desacumulação. Em contraste, a Contribuição Definida (CD), que responde por apenas 16,3% dos ativos, concentra 51% de participantes ativos em sua composição, sinalizando uma população majoritariamente em fase de acumulação e com trajetória de crescimento tanto patrimonial quanto quantitativo. A Contribuição Variável (CV), por sua vez, apresenta o maior número absoluto de participantes ativos (1,09 milhão) e o segundo maior ativo total (R\$ 417,5 bilhões), posicionando-se como modalidade de transição entre os perfis das demais, com equilíbrio relativo entre acumulação e benefício.

Gráfico 4 População dos Planos de Benefício (2025)

Fonte: CGIR/PREVIC/maio de 2026

Planos Vinculados aos Entes Federativos

A Emenda Constitucional nº 103 e seus desdobramentos normativos continuam a impulsionar a criação e consolidação de planos de previdência complementar para servidores estaduais e municipais. O total de ativos vinculados a esses planos alcançou R\$ 91,5 bilhões ao final de 2025.

Tabela 3 Evolução dos Planos dos Entes Federativos (2022–2025)

	2022		2023		2024		2025	
Patrocínio	Quantidade Planos	Valor Ativos (R\$ milhões)	Quantidade Planos	Valor Ativos (R\$ milhões)	Quantidade Planos	Valor Ativos (R\$ milhões)	Quantidade EFPC	Valor Ativos (R\$ milhões)
Pública Estadual	89	70.743	92	76.744	93	78.327	93	85.177
Pública Municipal	23	4.069	24	4.794	25	5.339	25	6.308
Total	112	74.812	116	81.538	118	83.666	118	91.485

Fonte: CGIR/PREVIC/maio de 2026

Alcance Protetivo do RPCF

O RPCF mantém ampla rede de proteção previdenciária, cobrindo mais de 8,6 milhões de pessoas ao final de 2025.

Tabela 4 População dos Planos de Benefícios (2025)

Descrição	Benefício Definido	Part. %	Contribuição Variável	Part. %	Contribuição Definida	Part. %	Total	Part. %
Participantes Ativos	301.095	19%	1.088.942	35%	1.942.209	51%	3.332.246	40%
Assistidos Aposentados	428.409	27%	172.300	6%	87.231	2%	687.940	8%
Pensionistas	156.342	10%	43.298	1%	12.065	0%	211.705	2%
Subtotal Participantes Titulares	885.846	56%	1.304.540	42%	2.041.505	53%	4.231.891	50%
Designados	713.746	44%	1.877.725	58%	1.861.056	47%	4.452.527	50%
Total	1.599.592	19%	3.182.265	38%	3.902.561	43%	8.684.418	100%

Fonte: CGIR/PREVIC/maio de 2026

Como posto na análise conjunta dos gráficos 3 e 4, nota-se que a composição dos planos de benefício em relação a sua população é marcadamente distinta em cada modalidade. A despeito de serem maioria tanto em quantidade de planos quanto em ativos totais, os planos BD possuem a minoria dos participantes ativos (19%), o que reflete o estágio avançado de maturidade dessa modalidade: com 27% de assistidos aposentados e 10% de pensionistas, os planos BD concentram a maior parcela de beneficiários em gozo de renda, respondendo sozinhos por aproximadamente 67% do total de aposentados e pensionistas do sistema. Esse perfil populacional, predominantemente em fase de desacumulação, explica em grande medida o expressivo volume de ativos acumulados ao longo de décadas de contribuição, bem como a tendência de redução percentual paulatina da modalidade no conjunto do sistema.

Em sentido oposto, os planos CD, embora respondam pelo menor volume de ativos (16,3%), concentram 51% de participantes ativos em sua base (a maior proporção entre todas as modalidades), com participação ínfima de aposentados (2%) e pensionistas (0%). Trata-se, portanto, de uma carteira essencialmente jovem e em fase de acumulação, cujo potencial de crescimento patrimonial tende a se materializar progressivamente à medida que esses participantes se aproximam da aposentadoria. Os planos CV ocupam posição intermediária, com 35% de participantes ativos e participação ainda relevante de designados (58%), sugerindo uma transição em curso entre os perfis das demais modalidades. Considerados em conjunto, esses dados evidenciam que a distribuição de ativos entre as modalidades é, em larga medida, uma fotografia do ciclo de vida de cada segmento e que o peso relativo do BD no patrimônio total tende a declinar estruturalmente nas próximas décadas em favor das modalidades CD e CV.

— 2.2 Evolução dos Ativos Financeiros

Os ativos financeiros dos planos de benefícios apresentaram trajetória de crescimento ininterrupto ao longo de toda a última década, atingindo o pico histórico de R\$ 1,408 trilhão ao final de 2025.

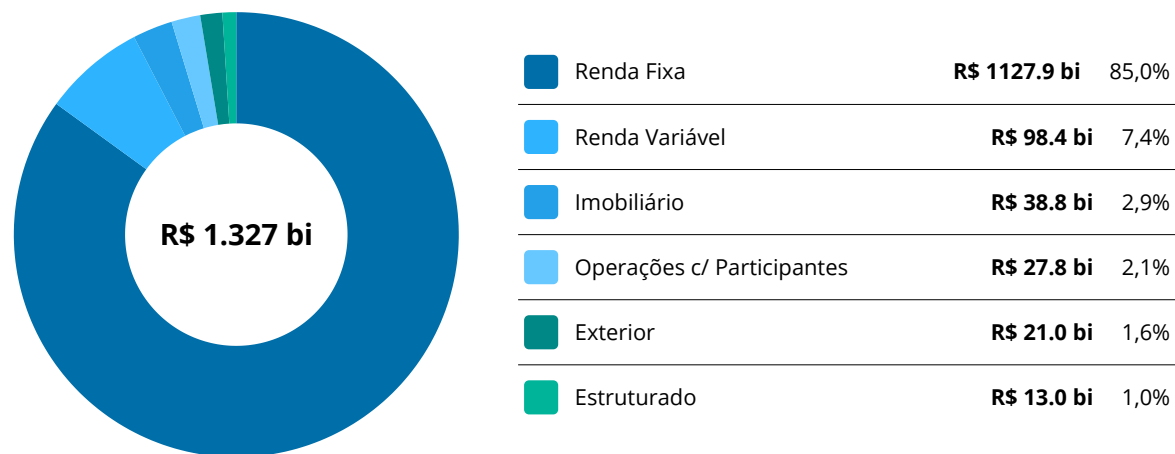
Considerando as informações relativas ao final de 2025, os recursos dos planos de benefícios distribuem-se da seguinte forma, segundo a classificação dos instrumentos financeiros definida pelas Resoluções CMN 4.994/2022 e 5.202/2025:

Tabela 5 Distribuição dos Ativos Financeiros das EFPC por Segmento de Aplicação (Dezembro/2025)

Segmento	R\$	Part. %
Renda Fixa	1.127,9	85,0%
Renda Variável	98,4	7,4%
Imobiliário	38,8	2,9%
Operações com Participantes	27,8	2,1%
Exterior	21,0	1,6%
Estruturado	13,0	1,0%
Total	1.327,0	100,0%

Fonte: CGIR/PREVIC, extração 17/07/2025

A alocação dos ativos financeiros das EFPC reflete um perfil marcadamente conservador e divergente do que se observa, em média, na previdência complementar fechada em outros países. O segmento de Renda Fixa concentra a expressiva parcela de 85,0% do total, equivalente a R\$ 1.127,9 bilhões, evidenciando a predominância de estratégias voltadas à preservação do capital e ao casamento de fluxos com os passivos atuariais dos planos, especialmente os de Benefício Definido. Os demais segmentos dividem os 15,0% restantes de forma bastante dispersa: a Renda Variável ocupa a segunda posição com 7,4% (R\$ 98,4 bilhões), seguida pelo segmento Imobiliário (2,9%), Operações com Participantes (2,1%), Exterior (1,6%) e Estruturado (1,0%). A baixa exposição a ativos de maior risco e retorno potencial, como Renda Variável, Exterior e Estruturado, que somados representam apenas 10% da carteira, sugere espaço para diversificação gradual, à medida que os planos de modalidade CD e CV, com horizontes de acumulação mais longos, ganhem maior peso relativo no sistema, conforme ilustrado no Gráfico 5 a seguir.

Gráfico 5 Distribuição dos Ativos Financeiros das EFPC por Segmento de Aplicação (Dezembro/2025)

Fonte: CGIR/PREVIC/maio de 2026

A renda fixa mantém posição dominante na alocação dos recursos dos planos de benefícios, respondendo por 85,0% do total de aplicações ao final de 2025, incremento em relação ao percentual de 83,2% registrado em abril de 2025, o que reflete o movimento dos gestores em direção a ativos de menor risco diante do cenário de taxas de juros elevadas, com a Selic em patamar de 14,25% a.a.

Tabela 6 Distribuição dos Investimentos no Segmento de Renda Fixa das EFPC em dez/2025

Descrição	Valor (R\$ bilhões)	Participação %
NTN-B e NTN-C vencimento superior a 10 anos	416,0	36,9%
NTN-B e NTN-C vencimento entre 5 e 10 anos	186,9	16,6%
NTN-B e NTN-C vencimento inferior a 5 anos	171,2	15,2%
Operações Compromissadas	130,8	11,6%
LFT	123,0	10,9%
Títulos privados de emissão bancária	51,6	4,6%
Títulos privados de emissão não bancária	24,4	2,2%
NTN-F, LTN e outros	24,1	2,1%
Total	1.127,9	100,0%

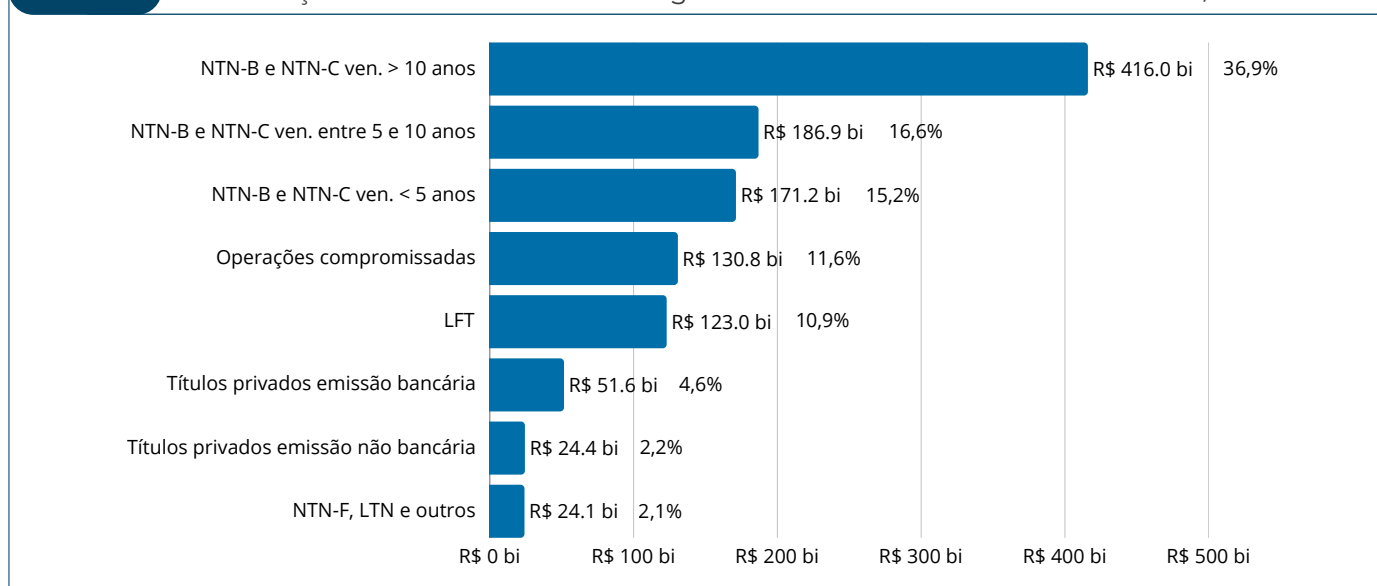
Fonte: CGIR/PREVIC/maio de 2026

A composição interna do segmento de Renda Fixa evidencia a predominância dos títulos públicos federais indexados à inflação. As NTN-B e NTN-C, consideradas conjuntamente em todos os prazos de vencimento, somam R\$ 774,1 bilhões, o equivalente a 68,7% do total alocado no segmento. Destaca-se, nesse conjunto, a concentração nos títulos de prazo mais longo (vencimento superior a dez anos), que sozinhos respondem por 36,9% da carteira de Renda Fixa (R\$ 416,0 bilhões), indicando o crescimento da estratégia conhecida como “imunização” de longo prazo adotada pelas entidades.

As Operações Compromissadas (11,6%) e as LFT (10,9%), ativos de natureza pós-fixada e maior liquidez, complementam o portfólio com R\$ 253,8 bilhões combinados. Nesse ponto, merece registro que o volume das Operações Compromissadas, R\$ 130,8 bilhões, correspondentes a 11,6% da Renda Fixa e a quase 10% do ativo total do sistema, à primeira vista, demonstra pouca aderência ao perfil de longo prazo esperado de um plano de previdência. Contudo, a particularidade de cada plano de benefício, como sua necessidade de liquidez dos planos BD com fase avançada de maturidade, podem, caso a caso, justificar maior alocação em papéis mais curtos.

Os títulos privados, de emissão bancária e não bancária, participam de forma mais modesta, com 4,6% e 2,2%, respectivamente, enquanto NTN-F, LTN e outros títulos prefixados encerram a composição com 2,1% do total. O Gráfico 6 a seguir ilustra a distribuição proporcional desses ativos.

Gráfico 6 Distribuição dos Investimentos no Segmento de Renda Fixa das EFPC em dez/2025



Fonte: CGIR/PREVIC/maio de 2026

A estrutura de alocação em renda fixa evidencia a predominância de instrumentos atrelados à inflação (NTN-B e NTN-C), que respondem por cerca de 69% do total da carteira de renda fixa, refletindo a estratégia dos gestores de buscar proteção contra a inflação com retornos reais positivos num cenário de taxas de juros elevadas, com a Selic em 15% ao final de 2025.

Quanto à forma de gestão dos recursos, os planos de benefícios alocam a maior parte dos ativos por meio de fundos de investimento (70% do total), sendo o restante gerido diretamente em carteiras próprias. Nos fundos de investimento, a distribuição por categoria ao final de 2025 apresentava predominância dos fundos de renda fixa (R\$ 614,7 bilhões, ~61% do total em fundos), seguidos pelos fundos multimercado (R\$ 255,3 bilhões, ~25%) e pelos fundos de ações (R\$ 38,0 bilhões, ~4%).

13

RENTABILIDADES

O mercado financeiro em 2025 foi marcado pela recuperação e desempenho positivo generalizado dos ativos financeiros, em contraste marcante com o cenário de perdas observado em 2024. Os índices de renda fixa referenciados em IPCA, como o IMA-B e o IMA-B 5+, registraram avanços relevantes, em linha com o fechamento das taxas de juros reais de longo prazo ao longo de 2025.

Nesse contexto, quando consideradas as rentabilidades de 2025, os retornos apresentados pelos planos de benefícios, de forma geral, situaram-se em patamar superior ao benchmark estipulado de IPCA + 4,5% ao ano.

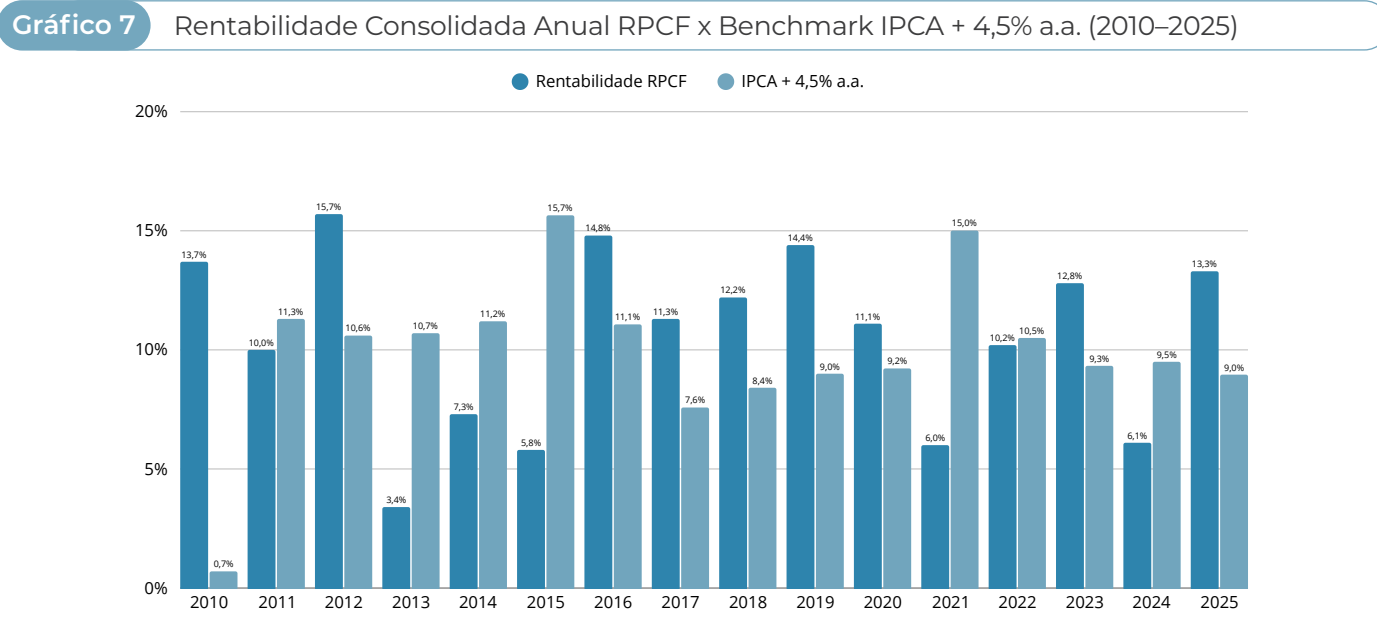
A rentabilidade média consolidada do RPCF para 2025 foi de 13,33%, frente a 8,96% do benchmark (IPCA + 4,5% a.a.), o que representa uma performance de aproximadamente 149% do índice de referência. Este resultado reverteu o desempenho de 2024, quando a rentabilidade consolidada foi de 6,1%, aquém do benchmark de 9,5%.

Tabela 7 Rentabilidade Anual RPCF x Benchmark IPCA + 4,5% a.a. (2020–2025)

Ano	Rentabilidade RPCF	IPCA + 4,5% a.a.	Resultado vs. Benchmark
2020	11,1%	9,2%	+1,9 p.p.
2021	6,0%	15,0%	-9,0 p.p.
2022	10,2%	10,5%	-0,3 p.p.
2023	12,8%	9,3%	+3,4 p.p.
2024	6,1%	9,5%	-3,4 p.p.
2025	13,3%	9,0%	+4,3 p.p.

Fonte: CGIR/PREVIC/maio de 2026

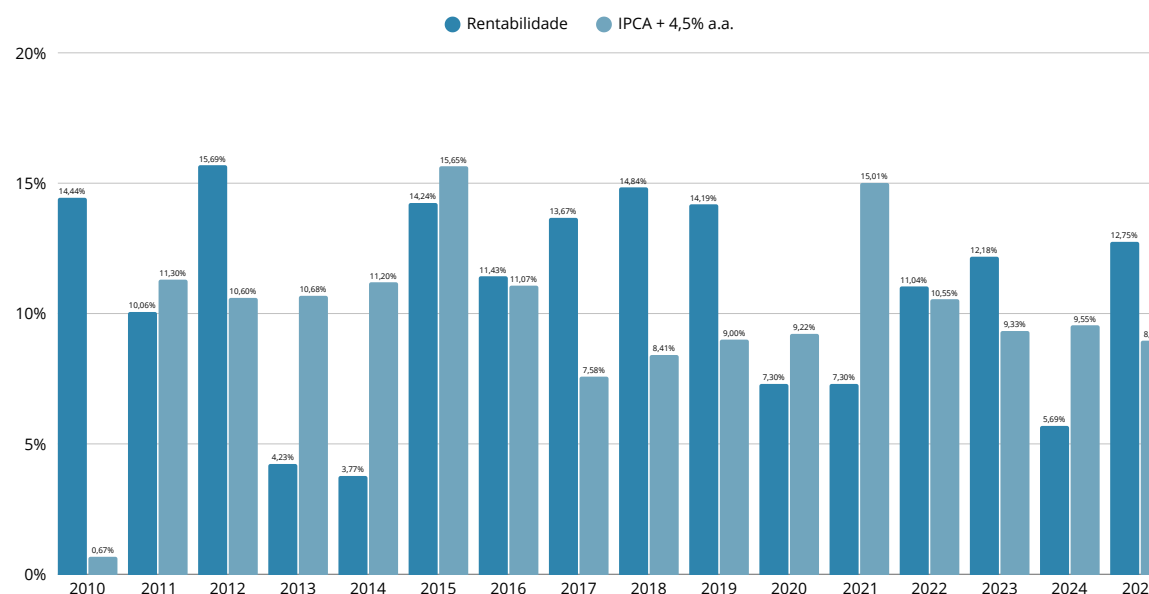
O gráfico a seguir apresenta a evolução histórica da rentabilidade consolidada do RPCF em comparação ao benchmark IPCA + 4,5% a.a. no período de 2010 a 2025. Ao longo dos 16 anos analisados, o plano superou o índice de referência em 9 ocasiões, o equivalente a 56% do período. Merece destaque o resultado de 2025, que representa o segundo maior excedente em relação ao benchmark na série histórica, com 4,3 p.p., ficando atrás apenas de 2019, quando a diferença alcançou 5,4 p.p.



Fonte: CGIR/PREVIC/maio de 2026

Planos BD

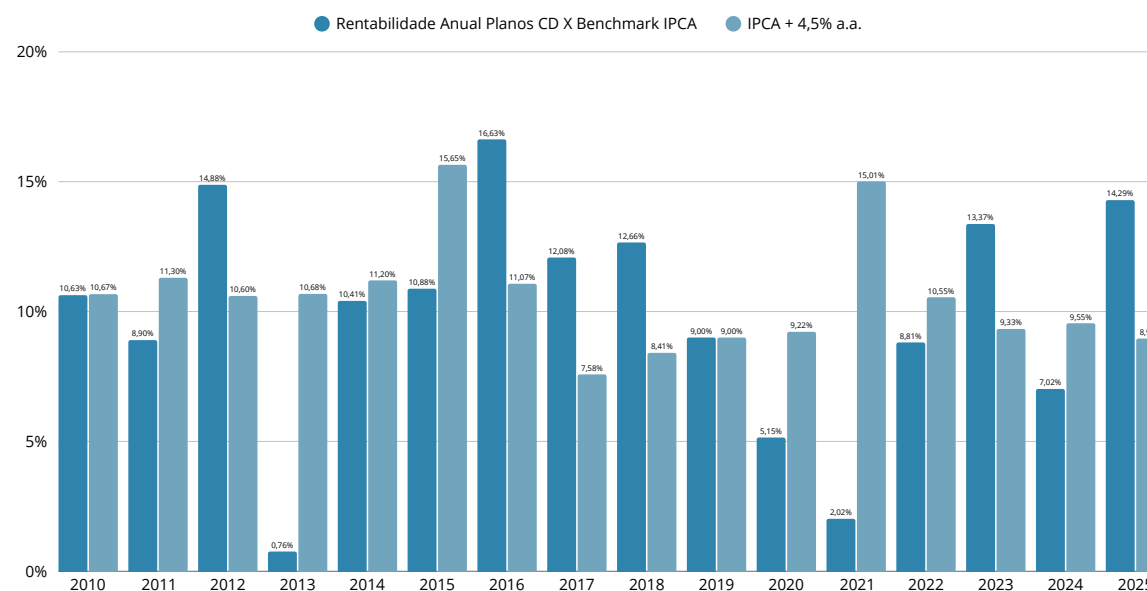
Os planos BD registraram rentabilidade de 12,75% em 2025, superando o benchmark de 9,0% em aproximadamente 3,7 pontos percentuais. Trata-se de uma recuperação relevante após o resultado de 5,69% registrado em 2024, que ficou abaixo da meta atuarial. Considerando todo o período de apuração de 2010 a 2025, os planos BD acumularam rentabilidade de 406,2%, superando o benchmark acumulado de 396,2% no mesmo período - tendo superado o índice em 10 dos 16 anos analisados.

Gráfico 8 Rentabilidade Anual Planos BD x Benchmark IPCA + 4,5% a.a. (2010–2025)

Fonte: CGIR/PREVIC/maio de 2026

Planos CD

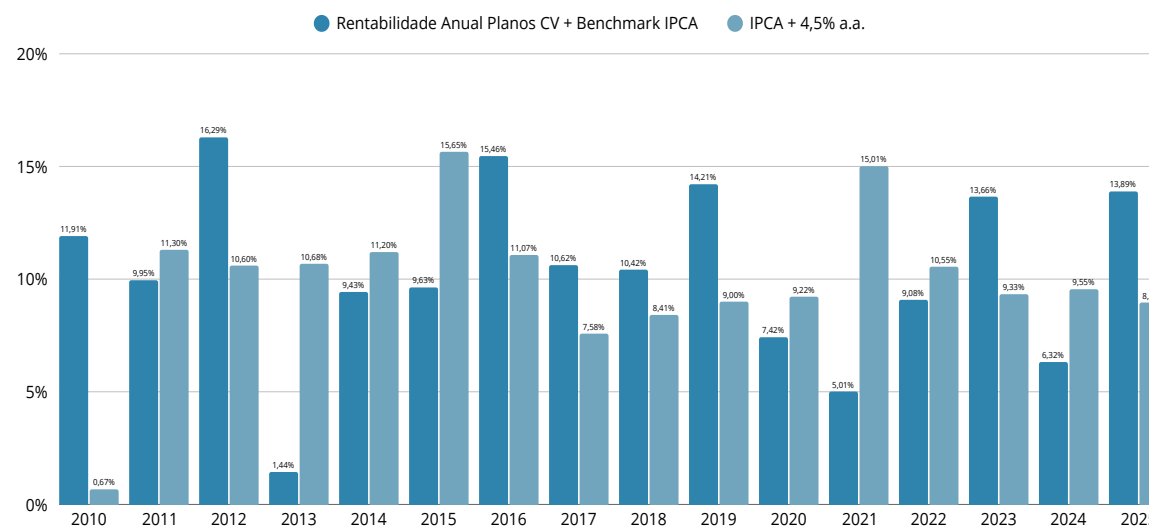
Os planos CD apresentaram a maior rentabilidade dentre as modalidades em 2025, com retorno de 14,29%, superando o benchmark em aproximadamente 5,3 pontos percentuais, também revertendo o resultado de 7,02% registrado em 2024. No acumulado de 2010 a 2025, os planos CD atingiram 342,9% de rentabilidade, frente a 396,2% do benchmark no mesmo período, tendo superado o índice em 7 dos 16 anos.

Gráfico 9 Rentabilidade Anual Planos CD x Benchmark IPCA + 4,5% a.a. (2010–2025)

Fonte: CGIR/PREVIC/maio de 2026

Planos CV

Os planos CV registraram rentabilidade de 13,89% em 2025, superando o benchmark em aproximadamente 4,9 pontos percentuais. No acumulado de 2010 a 2025, os planos CV alcançaram 375,0% de rentabilidade, frente a 396,2% do benchmark, tendo superado o índice em 8 dos 16 anos analisados.

Gráfico 10 Rentabilidade Anual Planos CV x Benchmark IPCA + 4,5% a.a. (2010–2025)

Fonte: CGIR/PREVIC/maio de 2026

Tabela 8 Rentabilidades por Modalidade em 2025 x Benchmark

Modalidade	Rentabilidade 2025	IPCA + 4,5% a.a.	Superação do Benchmark
BD	12,75%	9,0%	Sim (+3,7 p.p.)
CD	14,29%	9,0%	Sim (+5,3 p.p.)
CV	13,89%	9,0%	Sim (+4,9 p.p.)
Consolidado RPCF	13,33%	9,0%	Sim (+4,3 p.p.)

Fonte: CGIR/PREVIC/maio de 2026

4 SOLVÊNCIA

4.1 Resultado Atuarial

O resultado atuarial de 2025 representou uma reversão positiva em relação ao déficit registrado em 2024. Com base nos dados apurados ao final de 2025: 422 planos registraram superávit, com valor consolidado de R\$ 39,03 bilhões; 155 planos registraram déficit, com valor consolidado de R\$ 21,33 bilhões; e o resultado líquido do RPCF foi um superávit de R\$ 17,69 bilhões.

Esse resultado contrasta de forma favorável com o déficit líquido de R\$ 8,9 bilhões verificado ao final de 2024, confirmando a tendência de recuperação impulsionada especialmente pelo robusto desempenho das carteiras de investimento ao longo de 2025.

Tabela 9 Quantitativo do nº de Planos de Benefícios das EFPC com Superávit ou Déficit (2015–2025)

Qt. Planos	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Déficit	220	193	177	204	178	227	290	250	193	218	155
Superávit	376	418	430	391	405	369	294	325	397	357	422

Fonte: CGIR/PREVIC, extração 02/07/2025

O número de planos deficitários em 2025 (155) representa o menor valor registrado no período histórico apresentado, acompanhado pelo segundo maior número de planos superavitários (422).

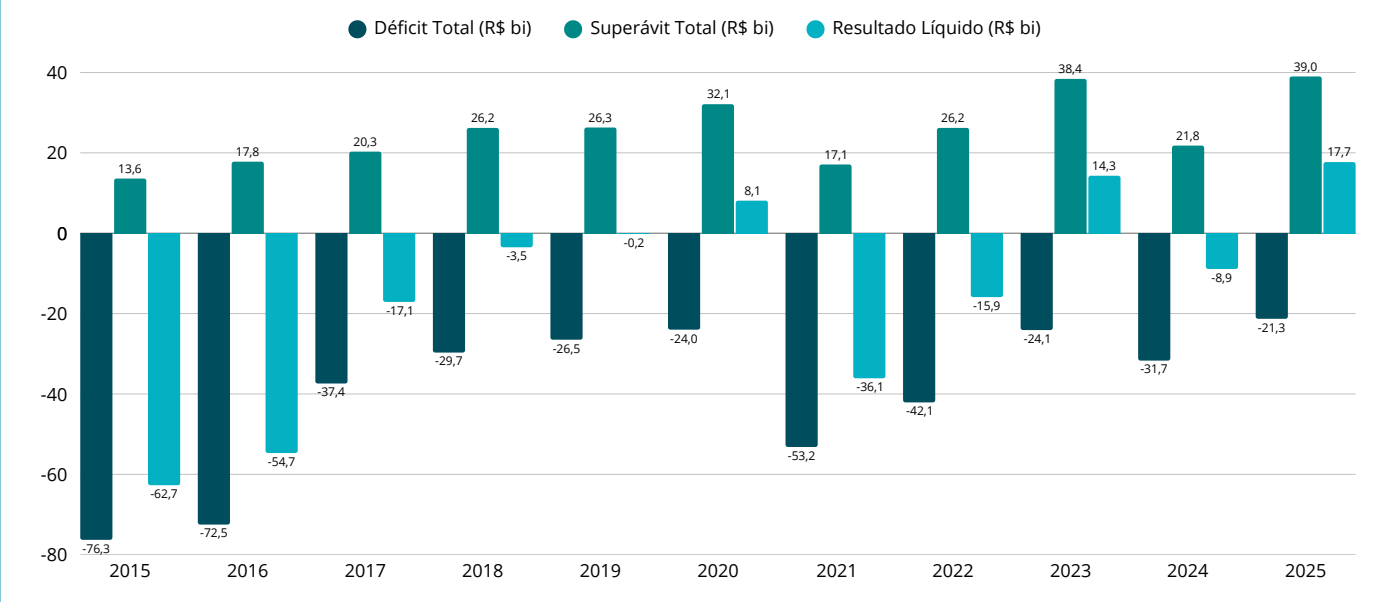
Tabela 10 Evolução dos Superávits e Déficits Consolidados nas EFPC (2015–2025)

Qt. Planos	2015	2016	2017
2015	-76,3	+13,6	-62,7
2016	-72,5	+17,8	-54,7
2017	-37,4	+20,3	-17,1
2018	-29,7	+26,2	-3,5
2019	-26,5	+26,3	-0,2
2020	-24,0	+32,1	+8,1
2021	-53,2	+17,1	-36,1
2022	-42,1	+26,2	-15,9
2023	-24,1	+38,4	+14,3
2024	-31,7	+21,8	-8,9
2025	-21,3	+39,0	+17,7

Fonte: CGIR/PREVIC, extração 02/07/2025

O gráfico a seguir apresenta a evolução anual dos superávits e déficits consolidados das EFPC no período de 2015 a 2025. A visualização permite identificar com clareza os ciclos de deterioração e recuperação do resultado líquido do sistema, evidenciando os anos de maior pressão (especialmente 2015, 2016 e 2021) e a trajetória de melhora observada nos anos mais recentes.

O resultado de 2025 se destaca como o mais favorável da série histórica apresentada, com superávit total de R\$ 39,0 bilhões e resultado líquido positivo de R\$ 17,7 bilhões, revertendo o déficit líquido de R\$ 8,9 bilhões registrado em 2024 e sinalizando uma recuperação para o sistema de previdência complementar fechada.

Gráfico 11 Evolução dos Superávits e Déficits Consolidados nas EFPC (2015–2025)

Fonte: CGIR/PREVIC/maio de 2026

4.2 Índice de Solvência

O Indicador de Solvência (IS) mede a capacidade do patrimônio de um plano de benefícios de garantir a cobertura de suas obrigações previdenciárias. Em termos práticos, o IS relaciona o equilíbrio técnico do plano (diferença entre seus ativos e suas provisões matemáticas) com as Provisões Matemáticas de Benefício Definido (PBD), que representam os compromissos futuros com os beneficiários.

Um IS igual a 1,00 indica equilíbrio exato entre ativos e obrigações; valores superiores a 1,00 sinalizam superávit; e valores inferiores a 1,00 indicam déficit proporcional. Importa destacar que o IS tem maior relevância para os planos na modalidade Benefício Definido, uma vez que, nos planos de

Contribuição Definida, as provisões matemáticas tendem a estar naturalmente alinhadas com os ativos de cobertura. A fórmula de cálculo promove a comparação entre o Equilíbrio Técnico (ET) do plano e suas Provisões Matemáticas de Benefício Definido no mês de referência: $IS = (ET / PBD) + 1$.

O Indicador de Solvência do conjunto do sistema aponta para um IS sistêmico positivo em 2025, refletindo o superávit líquido consolidado de R\$ 17,7 bilhões registrado no período. Esse resultado sistêmico indica que, em termos agregados, os ativos do sistema são capazes de cobrir as obrigações previdenciárias de benefício definido, embora a análise individualizada por plano permaneça essencial para a identificação de situações pontuais de desequilíbrio.

Tabela 11 Distribuição do Índice de Solvência dos Planos de Benefícios das EFPC — 2024 e 2025

Faixa IS	Qt. Planos 2024	R. Atuarial 2024 (R\$ bi)	Qt. Planos 2025	R. Atuarial 2025 (R\$ bi)
< 0,55	5	-1,1	4	-1,0
0,55 a 0,75	2	-0,004	1	-0,002
0,75 a 0,85	12	-8,3	4	-2,4
0,85 a 1,00	190	-22,4	139	-18,5
1,00 a 1,25	782	+3,5	807	+18,0
> 1,25	202	+18,5	241	+21,5
Total	1.193	-8,9	1.196	+17,7

Fonte: CGIR/PREVIC/maio de 2026

Da análise da tabela, os principais destaques são: ao final de 2025, 87,4% dos planos apresentam IS igual ou superior a 1,00 (contra 82,6% em 2024; os planos com IS abaixo de 0,85 representam apenas 0,8% do total (9 planos), situação que se revela isolada e sem impacto sistêmico; e a faixa de IS superior a 1,25 cresceu de 202 para 241 planos em relação a 2024, sinalizando o fortalecimento dos superávits consolidados no sistema. A tabela com o IS e o resultado atuarial de cada plano em 2025 pode ser visualizada em https://www.gov.br/previc/pt-br/publicacoes/relatorio-de-estabilidade-da-previdencia-complementar-rep/tabela-com-o-is-e-o-resultado-atuarial-de-cada-plano-em-2025_julho-2026.

15 LIQUIDEZ

A análise de liquidez dos planos de benefícios foi realizada a partir de dois indicadores distintos: o Índice de Liquidez Ampla (ILA) e o Índice de Liquidez Restrita (ILR). Embora ambos tenham como referência as obrigações líquidas projetadas para os próximos cinco anos — isto é, o somatório dos pagamentos de benefícios deduzidos das contribuições esperadas no período —, eles possuem objetivos e interpretações diferentes. Nesta análise, os dois indicadores são apresentados separadamente e não são agregados em uma medida única de liquidez.

O ILA busca avaliar a cobertura das obrigações líquidas projetadas a partir de uma cesta mais ampla de ativos considerados líquidos, incluindo ativos com alto grau de negociabilidade, como títulos públicos federais. Nesse caso, está subentendida a possibilidade de venda de ativos para fazer frente às obrigações do plano, ainda que se trate de ativos cuja elevada liquidez tende a reduzir o impacto de mercado em eventual necessidade de realização.

Já o ILR adota uma perspectiva mais restritiva e conservadora. Seu objetivo é mensurar a capacidade de cobertura das obrigações líquidas com participantes sem necessidade de recorrer à venda de ativos, exceto aqueles de natureza equivalente a caixa ou de liquidez praticamente imediata. Para isso, considera no numerador operações compromissadas, LFTs e os fluxos projetados de títulos públicos federais no horizonte de cinco anos. Dessa forma, o ILR oferece uma leitura mais direta da capacidade do plano de honrar seus compromissos de curto e médio prazo com base em ativos de menor volatilidade e maior previsibilidade de conversão em recursos financeiros.

A análise do ILA indica que, sob uma ótica ampla de liquidez, a maior parte dos planos apresenta situação confortável. Dos 1.061 planos analisados, 384 possuem contribuições líquidas positivas, ou seja, as contribuições projetadas superam os pagamentos de benefícios no horizonte considerado. Nesses casos, não há, em princípio, necessidade líquida de utilização de ativos para pagamento de benefícios no período de cinco anos.

Entre os planos com necessidade líquida de pagamento de benefícios, 398 apresentam ILA superior a 3, indicando que os ativos líquidos considerados na definição ampla superam em mais de três vezes as obrigações líquidas projetadas. Outros 139 planos situam-se entre 2 e 3 vezes as obrigações, e 117 entre 1 e 2 vezes. Apenas 23 planos apresentam ILA inferior a 1, situação em que os ativos considerados líquidos pelo critério amplo não seriam suficientes para cobrir integralmente as obrigações líquidas projetadas para os próximos cinco anos.

Apesar desse resultado favorável, o ILA deve ser interpretado com cautela. Por considerar ativos negociáveis e admitir, implicitamente, sua venda para geração de liquidez, o indicador tende a ser menos rigoroso. Em muitos casos, situações muito desfavoráveis no ILA podem aparecer apenas quando o plano já apresenta fragilidades mais evidentes, inclusive associadas a riscos patrimoniais ou de solvência. Por isso, para fins de acompanhamento da liquidez, o ILR tende a fornecer sinalização mais sensível e prudente.

No caso do ILR, dos 1.034 planos analisados, 377 apresentam contribuições líquidas positivas, situação em que as contribuições esperadas superam os pagamentos de benefícios projetados no horizonte de cinco anos. Entre os demais planos, 283 apresentam ILR superior a 3, indicando elevada capacidade de cobertura das obrigações líquidas com ativos de liquidez imediata ou fluxos de títulos públicos federais projetados para o período. Outros 98 planos situam-se entre 2 e 3 vezes as obrigações, e 200 entre 1 e 2 vezes.

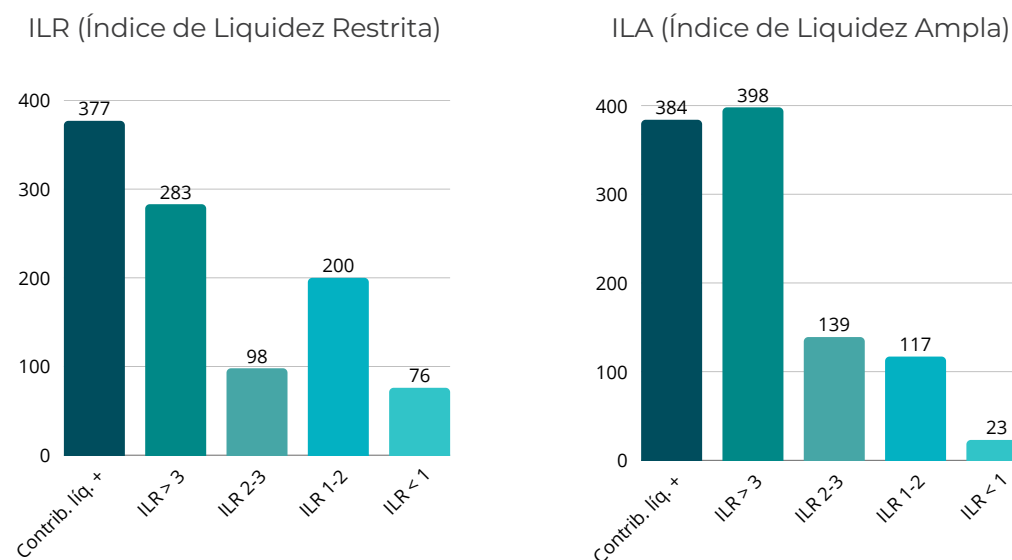
O principal ponto de atenção está nos 76 planos com ILR inferior a 1. Nesses casos, os ativos considerados pelo critério restrito não seriam suficientes para cobrir integralmente as obrigações líquidas projetadas para os próximos cinco anos. Essa situação não significa, isoladamente, incapacidade de pagamento, pois o plano pode contar com outros ativos negociáveis. No entanto, indica maior exposição ao risco de liquidez, uma vez que o cumprimento das obrigações pode depender da venda de ativos não enquadrados no conceito restrito de liquidez imediata ou de fluxos altamente previsíveis.

A comparação entre os dois indicadores mostra que a situação de liquidez dos planos é, em geral, favorável quando considerada a disponibilidade de ativos negociáveis. Contudo, a leitura mais restritiva do ILR revela um conjunto maior de planos em faixas intermediárias ou inferiores de cobertura. Esse resultado sugere que parte da liquidez observada no ILA depende da possibilidade de realização de ativos no mercado, enquanto o ILR evidencia a capacidade de pagamento sem necessidade de alienação de ativos, exceto aqueles de natureza mais próxima a caixa.

Em síntese, os resultados não indicam risco generalizado de liquidez no conjunto dos planos analisados. A maior parte dos planos apresenta contribuições líquidas positivas ou níveis de cobertura superiores às obrigações projetadas para os próximos cinco anos. Ainda assim, o ILR evidencia a existência de um subconjunto de planos que merece acompanhamento mais próximo, especialmente aqueles com indicador inferior a 1 ou situado entre 1 e 2. Para esses casos, a gestão da liquidez deve ser observada com maior atenção, de forma a mitigar o risco de necessidade de venda de ativos em condições desfavoráveis para o cumprimento das obrigações com os participantes.

Gráfico 12

Distribuição dos Planos de Benefícios das EFPC por ILR (Índice de Liquidez Restrita) e ILA (Índice de Liquidez Ampla)



Fonte: CGIR/PREVIC/maio de 2026

16

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Regime de Previdência Complementar Fechada encerrou o ano de 2025 com resultados positivos em todas as dimensões analisadas neste relatório.

Crescimento patrimonial expressivo. O ativo total do RPCF ultrapassou a marca de R\$ 1,4 trilhão, com crescimento de quase 8% no ano — o maior incremento absoluto da história do setor. Esse resultado confirma a trajetória de crescimento ininterrupto observada ao longo da última década e reafirma o papel do RPCF na economia e na sociedade brasileira.

Recuperação robusta das rentabilidades. Após o ano desafiador de 2024, as rentabilidades de 2025 superaram o benchmark de IPCA + 4,5% a.a. em todas as modalidades de planos, com destaque para os planos CD (14,3%) e CV (13,9%). A rentabilidade consolidada de 13,3%, frente a um benchmark de 9,0%, representa um dos melhores desempenhos relativos dos últimos anos.

Reversão do resultado atuarial. O déficit líquido de R\$ 8,9 bilhões registrado em 2024 converteu-se em um superávit líquido de R\$ 17,7 bilhões em 2025. O número de planos deficitários caiu para 155, o menor da série histórica recente, enquanto 422 planos registraram superávit.

Crescimento da base de participantes e expansão do alcance protetivo. O RPCF protege mais de 8,6 milhões de pessoas ao final de 2025, com crescimento da base impulsionado especialmente pelos planos CD e pela expansão dos planos vinculados aos entes federativos e pelos Planos Família.

O panorama favorável de 2025, contudo, não elimina os desafios estruturais de médio e longo prazo que o setor enfrenta. A trajetória demográfica, com envelhecimento da população participante dos planos mais maduros, pressiona continuamente o fluxo de caixa dos planos BD. A alta volatilidade dos mercados financeiros, evidenciada pelo contraste entre 2024 e 2025, reafirma a importância de uma gestão de risco robusta e de políticas de investimentos alinhadas com os perfis de obrigação de cada plano.

As ações e políticas que visem incentivar o RPCF, com a possibilidade concreta de ampliação de coberturas, inclusão de novos participantes e patrocinadores, oferta de novas modalidades de planos e adaptação às novas exigências do arcabouço econômico e à evolução das características demográficas da população, são fundamentais para a continuidade e possível expansão da rede de proteção ofertada pela Previdência Complementar Fechada.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BD	Plano de Benefício Definido
CD	Plano de Contribuição Definida
CV	Plano de Contribuição Variável
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNPC	Conselho Nacional de Previdência Complementar
EFPC	Entidades Fechadas de Previdência Complementar
FIDC	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios
FIP	Fundo de Investimento em Participações
ILA	Índice de Liquidez Ampla
ILR	Índice de Liquidez Restrita

IPCA Índice de Preços ao Consumidor Amplo

IS Índice de Solvência

NTN-B Notas do Tesouro Nacional série B

PIB Produto Interno Bruto

PREVIC Superintendência Nacional de Previdência Complementar

RPCF Regime de Previdência Complementar Fechada

SBR Supervisão Baseada em Risco

TPF Títulos Públicos Federais
